

Outubro de 2008

**FLUXOS DE FINANCIAMENTO E NECESSIDADES DE  
IMPLEMENTAÇÃO DE UM INSTRUMENTO NÃO-JURIDICAMENTE  
VINCULANTE SOBRE TODOS OS TIPOS DE FLORESTA**

**RESUMO EXECUTIVO**

**Markku Simula  
Consultor**

**Preparado pelo**

**Grupo Assessor em Financiamento de Parcerias Colaborativas sobre Florestas**

**Com o apoio do**

***Program on Forests (PROFOR)***



## RESUMO EXECUTIVO

A Oitava Sessão do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF) considerará os "Meios de Implementação (MOI) para a gestão sustentável de florestas. Dada a importância crítica da questão de financiamento para uma implementação eficaz do Instrumento Não-Juridicamente Vinculante sobre Todos os Tipos de Floresta (NLBI), a Parceria Colaborativa sobre Florestas (CPF), por meio de seu Grupo Assessor em Finanças, decidiu apoiar os preparativos substantivos para o Grupo de Peritos *Ad Hoc* em Finanças e UNFF8 por meio de um roteiro analítico das necessidades e fontes e mecanismos disponíveis para financiamento, levando em conta os recentes desenvolvimentos, inclusive o regime de mudança climática.

O objetivo do estudo é oferecer uma análise sistemática e objetiva das fontes de financiamento e hiatos com relação ao NLBI. O estudo foca fontes externas, uma vez que não há disponibilidade de informação adequada sobre financiamento interno. Baseia-se em fontes e banco de dados globais e de nível regional existentes, bem como em uma pesquisa de fontes bilaterais e multilaterais de financiamento. Utilizam-se dois conceitos na discussão dos resultados: (i) ODA para silvicultura, referindo-se ao que foi classificado pela OECD/DAC com o apoio do setor florestal; e (ii) ODA florestal, que também inclui apoio à conservação de florestas.

### **Financiamento da implementação do NLBI e gestão sustentável de florestas**

O texto do NLBI oferece um conjunto de medidas abrangentes a serem tomadas pelos governos a fim de alcançar os Objetivos Globais sobre Florestas (GOF). As medidas nacionais do NLBI e a cooperação internacional podem ser consideradas como elementos necessários para alcançar as GOFs, mas não bastam. O resultado dependerá da ação a ser tomada por todos os grupos interessados em florestas no âmbito proporcionado pela implementação do NLBI. O financiamento é uma questão intersectorial no NLBI. É especificamente tratada no GOF 4, que propõe a reversão do declínio na assistência oficial para o desenvolvimento para a gestão sustentável de florestas (SFM) e a mobilização significativamente maior de recursos financeiros novos e adicionais para sua implementação.

O financiamento da SFM demonstrou ser uma questão complexa em virtude da dupla natureza da gestão de florestas, uma vez que pode gerar ao mesmo tempo tanto bens públicos em âmbitos global e nacional como lucros; os primeiros provenientes de serviços de base florestal, tais como biodiversidade ou redução da mudança climática e os segundos provenientes de produtos florestais tanto madeireiros como não-madeireiros. Esta dualidade é tanto um desafio como uma oportunidade para financiar a SFM.

As fontes de financiamento florestal são classificadas em públicas e privadas, nacionais e internacionais. O financiamento público doméstico pode provir da receita pública geral e da receita de florestas de propriedade estatal. As fontes privadas são constituídas de proprietários de florestas, comunidades e setor florestal, fundos e doadores filantrópicos, bem como ONGs de diversos tipos. No caso de muitas ONGs, os fundos provêm de fontes externas. As fontes públicas internacionais incluem entidades bilaterais de ajuda e instituições multilaterais de financiamento. As fontes privadas são diversificadas, sendo constituídas de investidores institucionais e individuais, setor florestal, diversas ONGs, etc. O financiamento privado estrangeiro pode ser direto ou por meio de investimento em portfólio e empréstimos ou créditos.

### **Demanda de ODA florestal nos países beneficiários**

Segundo se constata, a demanda no país de ODA florestal tem sido relativamente fraca, uma vez que somente dois terços dos 43 países pesquisados mencionam as florestas em suas estratégias de redução da pobreza (PRS) e apenas 28% incluem uma estratégia nacional coerente para florestas. As questões florestais ainda não estão satisfatoriamente integradas nas PRSs, refletindo uma compreensão deficiente ou baixa prioridade política com relação às florestas ou ambas. O fato de estar totalmente ausente em um terço dos países ou ser tratada de

maneira parcial ou inadequada na maioria deles sugere que a demanda efetiva da ODA florestal parece ser limitada. Esta situação reduz as oportunidades para a participação dos doadores nas florestas.

É também evidente que a demanda da ODA bilateral é fortemente influenciada pelas políticas dos fornecedores. As ações apoiadas são tipicamente áreas estratégicas identificadas pelo país beneficiário dentro das próprias prioridades estratégicas dos doadores. No caso de instituições multilaterais de financiamento, a situação é um tanto diferente, uma vez que tendem a ser mais orientadas para a demanda do que no caso dos doadores bilaterais. No entanto, as instituições multilaterais são também influenciadas pela demanda por meio do trabalho analítico, conscientização de seus clientes e desenvolvimento de novos serviços (por exemplo, financiamento de bens públicos globais).

O papel da ODA demonstrou ser principalmente catalítico e dependerá criticamente em que grau os programas florestais nacionais (NFP) e as estratégias de financiamento correlatas podem ser incorporadas nos planos e políticas nacionais de desenvolvimento. Isso se tornou cada vez mais importante à medida que os doadores bilaterais estão atualmente canalizando uma parcela significativa de sua assistência por meio do apoio orçamentário e de sistemas e procedimentos domésticos. Os grupos interessados no setor florestal dos países beneficiários precisam enfrentar o desafio de esclarecer e conscientizar a respeito do potencial das florestas no cumprimento das metas nacionais de desenvolvimento. Aparentemente poucos países conseguiram fazer isso.

Vários países que desenvolveram estratégias abrangentes de financiamento florestal (por exemplo, a Tanzânia, Guiana e Vietnã) dependem consideravelmente de medidas para aumentar a geração de receitas provenientes do setor florestal como elemento central para aumentar o financiamento da SFM. Quanto às estratégias nacionais na América Latina, dá-se geralmente ênfase à criação de condições de habilitação para o investimento privado e ao desenvolvimento de novos instrumentos de inovação, inclusive pagamento por serviços ambientais (PES) e fundos especializados e instrumentos de crédito. Dispensa-se menos atenção aos pequenos proprietários, florestas comunitárias e PMEs.

### **Fontes externas existentes de financiamento florestal**

Os atuais fluxos anuais, tanto bilaterais como multilaterais, às florestas são estimados em cerca de US\$ 1,9 bilhão e o investimento estrangeiro direto (FDI) ao setor florestal em cerca de US\$ 0,5 bilhão. Não há disponibilidade e Informação sobre o investimento direto feito por investidores institucionais, bancos comerciais e agências de crédito de exportação e não se sabe quanto as ONGs e o setor filantrópico contribuem para o financiamento florestal. A ODA florestal incluir cerca de US\$ 700 milhões para a conservação de florestas. Além disso, as ONGs de conservação e a filantropia focam esta área temática.

Em 2000-2007 os fluxos combinados de financiamento bilateral e multilateral aumentaram 50%, parcialmente o resultado de uma maior participação das fontes multilaterais, uma vez que a sua parcela no financiamento público externo total para as florestas aumentou de 26% para 42% durante o período do estudo. No total, as fontes multilaterais são responsáveis por três quartos do aumento absoluto total. No entanto, a ODA bilateral também aumentou, embora a uma taxa mais lenta (15% em 2000-2007). As cifras citadas devem ser usadas com cautela, uma vez que os dados sobre financiamento florestal externo são incompletos e em parte incoerentes.<sup>8</sup>

### **ODA bilateral**

A ODA florestal bilateral provém em grande parte de um número relativamente baixo de fontes, uma vez que 95% são proporcionados por nove doadores (Japão, Alemanha, Comunidade Européia, EUA, Países Baixos, Suíça, Reino Unido e Finlândia). A parcela do

Japão é responsável, de forma contundente, por 48% do total. A contribuição do Japão (incluindo a conservação florestal) aumentou 61% em 2000-2007 e, sem ela, o total da ODA bilateral teria diminuído cerca de 9%. Cinco outros doadores também registraram certo aumento na ODA florestal e em todos os outros países doadores o financiamento diminuiu. Os declínios são em grande parte explicados por redução de alocações ao financiamento de projetos e programas e ao papel mais destacado do apoio orçamentário não alocado por setor. Há também uma tendência geral de não considerar mais as florestas como prioridade por si próprias, mas como parte da mudança climática e de outra agenda ambiental.

Desde 2000, dois terços da ODA florestal cumulativa foram alocados à Ásia, apenas 20% à África e 11% à América Latina. A parcela da Ásia chegou a seu ponto alto em 2003, ao atingir quase 80% do total. Em termos do nível de renda, os países menos desenvolvidos receberam 18% do total e o outro grupo de baixa renda outros 39%. O restante (43%) foi canalizado aos países de renda média.

A ODA bilateral está também concentrada entre os países beneficiários. Em 2006, a Índia absorveu 22% da ODA florestal total, seguida da China (13%) e do Vietnã (12%). Juntamente com a Indonésia, Camarões, Tanzânia, Bolívia, Brasil, Colômbia e Honduras, esses 10 países receberam dois terços da ODA florestal total, a qual, portanto, está realmente muito concentrada.

Embora a ODA florestal tradicional no futuro não aumente de forma significativa ou venha mesmo a diminuir em alguns países doadores, o financiamento por meio de novos instrumentos e várias iniciativas internacionais e regionais provavelmente aumentará no futuro, até mesmo de forma expressiva. Um parcela mais elevada da ODA poderá também ser canalizada por meio de instituições multilaterais, em consonância com a tendência recente. O aumento do financiamento com toda probabilidade estará vinculado a uma agenda mais ampla de mudança climática e conservação. Os fluxos de financiamento por meio de novos instrumentos e enfoques com toda probabilidade beneficiarão os países de renda média mais do que aos países de baixa renda. Portanto, manter o enfoque nos países em desenvolvimento será um desafio, uma vez que muitos deles carecem de pré-condições para receber ajuda eficaz e outros fluxos financeiros externos.

### **Fontes multilaterais**

Estima-se o financiamento multilateral às florestas em US\$ 0,8 bilhão por ano no período 2005-2007. A fonte principal é o Grupo Banco Mundial e sua parcela no total aumentou de 51% para 73% no mesmo período. Mais da metade (55%) do financiamento proporcionado pelo Banco Mundial para florestas provém da Corporação Financeira Internacional (IFC) sob a forma de capital social e crédito a empresas do setor privado. Nos últimos seis anos, a parcela do Mecanismo Global para o Meio Ambiente (GEF) vem sofrendo declínio, de 31% para 14%. Entre os bancos regionais de desenvolvimento, o Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB) foram a maior fonte de financiamento florestal (9% dos fluxos multilaterais totais). Durante essa década o Banco Asiático de Desenvolvimento (AsDB) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB) foram fontes marginais, ao passo que na década de 1990 seu papel foi mais substancial. A contribuição do ITTO foi 5% em 2001, mas caiu para 2%.

As outras fontes multilaterais têm um papel, no tocante a volume, limitado mas estrategicamente importante para contribuir para o financiamento da SFM. Os programas da FAO elevam-se cerca de US\$ 48 milhões por ano, incluindo o Mecanismo Nacional de Programas Florestais. Desde seu início em 2002, esse Mecanismo tem apoiado os grupos interessados em 42 países com subsídios no total de US\$ 6 milhões. O Mecanismo Global (GM) da Convenção das Nações Unidas para Combater a Desertificação (UNCCD) procura mobilizar financiamento para a gestão sustentável da terra, na qual as intervenções florestais podem ser importantes.

## **Investimentos no Sector Privado**

Não há informação sistemática disponível sobre investimento estrangeiro direto doméstico ou privado no setor florestal dos países em desenvolvimento. Há, porém, uma opinião comum de que o grosso do investimento florestal provém de fontes domésticas do setor privado formal e das comunidades, proprietários de terra e agricultores.

O investimento de origem estrangeiro é substancial mais alto do que os fluxos registrados do investimento direto estrangeiro (FDI) (US\$ 0,5 bilhão por ano em 2003-2005), uma vez que é comum o financiamento de projetos de investimento estrangeiro. As ações do FDI nas indústrias da madeira e do papel nos países em desenvolvimento aumentaram rapidamente, atingindo US\$ 17,8 milhões em 2005. Outra importante tendência recente é o FDI feito por investidores de países em desenvolvimento em outros países em desenvolvimento. Prevê-se um aumento significativo no financiamento privado estrangeiro nos países em desenvolvimento nas florestas plantadas e no processamento industrial ao longo dos rios. Os investimentos em cultivos são feitos parcialmente pelas Organizações de Gestão de Investimento na Área Florestal (TIMOs), uma vez que investidores institucionais avessos ao risco começaram a valorizar os altos retornos previstos e os climas melhorados de investimento no nível de país.

A questão-chave no financiamento no setor privado é assegurar que os investimentos não sejam feitos em operações ilegais e insustentáveis. Uma parcela crescente de corporações da indústria florestal que exporta a mercados ambientalmente sensíveis está participando da Responsabilidade Social Corporativa e conseguiram certificação de SFM ou está comprometida a fazê-lo para demonstrar a sustentabilidade de seus suprimentos de madeira. A fim de evitar o financiamento ou atividades insustentáveis e reduzir os riscos de reputação, ambientais e sociais dos investimentos florestais, mais de 60 Instituições Financeiras que Subscreveram aos Princípios do Equador adotaram salvaguardas de sustentabilidade no financiamento de seus projetos.

A Timberland e outros investidores privados podem fazer uma contribuição significativa para as medidas nacionais do NLBI no tocante ao aumento da produção de bens e serviços florestais e comércio correlato. Provavelmente eles também terão um impacto positivo na pesquisa e transferência de tecnologia, na governabilidade e no desenvolvimento de recursos humanos. No entanto, apenas relativamente poucos países podem oferecer condições atraentes ao cultivo da madeira, disponibilidade de terras adequadas e clima de investimento apropriado para permitir o investimento estrangeiro. Uma regulamentação apropriada e medidas voluntárias, tais como certificação de florestas, são necessárias para reduzir possíveis impactos negativos e integrar esses novos atores na estrutura socioeconômica local, a fim de maximizar os benefícios mútuos.

## **Outras fontes**

Existe um grande número de outras fontes de financiamento a respeito das quais não há informações quantitativas consolidadas disponíveis. Embora as ONGs possam muitas vezes estar bem equipadas para levantar fundos dessas fontes, as comunidades florestais e os pequenos proprietários têm dificuldade para acessar a maioria delas. Embora talvez seja limitado no volume, o financiamento não convencional relacionado às florestas representa um complemento importante para as fontes convencionais, especialmente nas áreas de foco de educação, conservação e pesquisa. Essas fontes também tratam de advertências que talvez não sejam abordadas por outras, como projetos inovadores e de risco mais elevado. As fontes filantrópicas já são importantes para o financiamento da conservação de florestas e sua função pode ser ampliada para tratar da redução do desmatamento e da gestão florestal sustentada (SFM).

## **Instrumentos e mecanismos novos para o financiamento de florestas**

Sugiram grandes expectativas acerca do desenvolvimento de pagamentos por serviços ambientais como uma possível fonte suplementar de financiamento para a SFM. Contudo, essas expectativas ainda não se concretizaram até agora, já que a experiência nos países em desenvolvimento continua limitada (principalmente na América Latina). Do ponto de vista internacional, os esquemas de PES de bens públicos florestais globais (por exemplo, mudança climática, atenuação da mudança e biodiversidade) foram considerados a forma mais promissora de aumentar os fluxos financeiros adicionais à SFM nos países em desenvolvimento.

### **Mercados de compensação do carbono**

O principal mercado obrigatório para a compensações de carbono, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM) do Protocolo de Kyoto, endossou apenas um projeto florestal por enquanto. O atual portfólio de carbono florestal compreende 27 projetos com um volume total de créditos de cerca de 2 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>, o que sugere um potencial considerável de oferta e procura que ainda não foi concretizado. O mercado voluntário para créditos de carbono era de US\$ 331 milhões em 2007, mais de três vezes o nível de 2006. A sexta parte desse mercado foi gerada por projetos de reflorestamento e conservação de florestas. Apesar dos pequenos volumes, existe uma procura significativa por compensação de carbono florestal que não pode ser canalizada por intermédio do mercado regulado. No curto prazo, esse mercado não-regulado poderá desempenhar um papel crucial no desenvolvimento de novas formas de implementação para o comércio do carbono florestal.

### **Redução das emissões causadas pelo desmatamento e pela degradação de florestas (REDD)**

A prevenção do desmatamento estaria entre as opções mais baratas de atenuação para evitar o aumento das emissões de CO<sub>2</sub> e, possivelmente, aumentar os reservatórios de carbono. Ao mesmo tempo, poderiam ser aprimorados outros benefícios como a conservação da biodiversidade, a redução da pobreza e a adaptação à mudança climática. Por meio da receita do carbono, as perspectivas para a viabilidade econômica da SFM nos países em desenvolvimento deverão aumentar substancialmente, já que pelo menos parte dos serviços de ecossistema que as florestas proporcionam podem ser remunerados.

A compensação REDD como instrumento ganha-ganha está recebendo apoio cada vez maior de praticamente todos os grupos interessados por diferentes razões. Para os governos dos países tropicais, a REDD pode representar a abertura de uma nova fonte de financiamento para as prioridades nacionais; para os países doadores, pode ser uma opção de baixo custo para as compensações de carbono; para as ONGs ambientais, a REDD pode gerar recursos adicionais para a conservação da biodiversidade; para as pessoas de baixa renda das áreas rurais, a tão necessária renda e apoio financeiro ao desenvolvimento das comunidades, bem como um meio para aumentar seus direitos de posse da floresta; para o setor privado, a REDD pode ser uma fonte adicional de financiamento para tornar a SFM financeiramente viável; para as elites políticas, mais uma oportunidade de renda; para os bancos multilaterais de desenvolvimento, a REDD pode abrir novas formas de fazer negócios no contexto de manutenção de bens públicos globais; e para as organizações intergovernamentais, oferece uma nova área de intervenção em assistência técnica e nova fonte de financiamento.

Será difícil atender a uma gama tão ampla de diferentes interesses nos esquemas da REDD e várias questões precisam ser esclarecidas: (i) incerteza acerca dos co-benefícios, (ii) risco de violação dos direitos dos indígenas e outras populações locais, (iii) possível impacto sobre os preços da terra, (iv) equidade na distribuição dos pagamentos da REDD, (v) acordos de governabilidade dos esquemas REDD, (vi) lentidão dos processos necessários de políticas e reforma jurídica de âmbito nacional, (vii) participação dos grupos interessados, (viii) acesso limitado ao financiamento da REDD apenas para países ricos em florestas, (ix) possível exclusão

de países que já trataram do desmatamento, (x) possível exclusão de terras áridas e outras terras de florestas com baixa intensidade de emissões de carbono, (xi) definições e metodologias para o tratamento da degradação de terras e restauração de áreas desmatadas, (xii) medidas para tratar as causas subjacentes do desmatamento e da degradação de florestas, (xiii) falta de entendimento adequado acerca do papel da extração de madeira na gestão do estoque de carbono, (xiv) o nível de aplicação da REDD (nacional, subnacional ou projeto), (xv) uso de um mecanismo de mercado ou um mecanismo de financiamento, (xvi) possível inundação dos mercados de compensação de carbono com créditos de REDD, (xvii) custos de transação etc.

Algumas das questões acima podem ser tratadas por intermédio de regulação internacional e outras mediante medidas apropriadas em estratégias REDD nacionais. Muitas preocupações são transeitoriais e precisam ser consideradas de forma holística, por exemplo, no contexto de programas florestais nacionais ou estratégias semelhantes mais amplas. Independentemente da abordagem empregada, existem outras necessidades de co-financiamento de atividades complementares para garantir a criação na prática dos benefícios da REDD, especialmente aumentando a capacidade do país de implementar as medidas necessárias para reduzir o desmatamento.

### **Iniciativas florestais internacionais relacionadas ao clima**

Foram adotadas diversas iniciativas para promover a implementação de atividades relacionadas à REDD.

- O Mecanismo de Parceria do Carbono Florestal (FCPF) do Banco Mundial ajudará os países em desenvolvimento em seus esforços para reduzir as emissões do desmatamento e degradação e na formulação de capacidade para as atividades da REDD. Os dois elementos do FCPF são (1) o Fundo de Prontidão, para criar capacidade de execução específica nos países participantes e (2) o Fundo do Carbono para financiar pagamentos baseados no desempenho para as compensações da REDD. A meta de capitalização do FCPF é, US\$ 300 milhões, no mínimo, dos quais cerca de US\$ 155 milhões já foram comprometidos.
- Os bancos multilaterais de desenvolvimento estão em processo de criação de fundos especiais de desenvolvimento climático para ajudar seus membros na implementação do UNFCCC. O Fundo Climático Estratégico (SCF) promoverá a cooperação internacional por intermédio de financiamento novo e complementar para tratar da mudança climática por meio de programas direcionados. O SCF oferecerá incentivos para manter, recuperar e melhorar os ecossistemas naturais ricos em carbono por meio de criação de pilotos e aumento de novas abordagens de desenvolvimento. O SCF tem uma abordagem holística para a atenuação da mudança climática e adaptação à mesma que é especialmente importante no setor de silvicultura devido às suas diferentes oportunidades de contribuir para os objetivos climáticos. Como medida para começar a implementar o SCF dentro de uma abordagem ampla para a atenuação das emissões florestais, melhoria do seqüestro do carbono florestal e capacidade de adaptação, o Banco Mundial está atualmente desenvolvendo um Programa de Investimento Florestal (FIP) capaz abordar os principais hiatos do financiamento da gestão florestal sustentável nos instrumentos existentes e novos, tais como os esquemas da REDD.
- O Fundo de Tecnologia Limpa (CTF) está voltado para a promoção da melhoria da implantação, difusão e transferência de tecnologias limpas. Com relação ao setor de silvicultura, os investimentos em bioenergia e melhoria da eficiência energética e gestão do setor florestal enquadram-se no CTF.
- FAO, PNUD e UNEP lançaram em conjunto o Programa UN REDD como um esforço de colaboração para oferecer assistência técnica coordenada em formulação de capacidade de REDD para os países em desenvolvimento.
- A iniciativa Parceria de Cooperação sobre Florestas (CPF) elaborará um contexto

estratégico para envolver todos os principais membros da CPF na melhoria da cooperação e coordenação.

- A Organização Internacional de Madeira Tropical (ITTO) pretende desenvolver um programa temático sobre florestas tropicais e mudança climática.
- Muitas outras organizações internacionais também estão desenvolvendo suas próprias respostas à atenuação da mudança climática e adaptação à mesma por intermédio de medidas florestais (por exemplo, CIFOR, IUFRO etc.)

### **Iniciativas regionais e nacionais relacionadas ao clima**

O progresso alcançado no reconhecimento do papel da prevenção do desmatamento e da degradação florestal nos termos do UNFCCC deu origem a várias iniciativas de doadores e de governos de alguns países em desenvolvimento para fornecer recursos financeiros para a conservação de florestas tropicais, tais como o Fundo Florestal da Bacia do Congo (CBFF) e o Fundo da Amazônia no Brasil. Países desenvolvidos como, por exemplo, Austrália e Noruega, lançaram novas iniciativas de financiamento voltadas para a REDD e conservação de florestas.

Parece haver disponibilidade para a ação e disposição para o financiamento na atenuação da mudança climática por meio de intervenções nas florestas. Muitos doadores decidiram recentemente mobilizar importantes recursos novos para o financiamento de florestas, embora ainda seja difícil estimar a magnitude total desses recursos. No entanto, essas iniciativas, associadas a diversos esquemas baseados em mercado e em fundos, têm potencial para, no mínimo, dobrar os atuais fluxos financeiros oriundos da comunidade internacional para as florestas dos países em desenvolvimento. Contudo, muitos deles estão voltados para os mesmos países ricos em florestas que também foram identificados como prioridades para os esquemas REDD.

Por outro lado, o grande número de iniciativas levanta a questão da coordenação de diferentes partes e mecanismos de financiamento. Existe o risco de que o financiamento seja comandado pelas fontes e não pela procura. Provavelmente ocorrerá sobreposição de mandatos entre as iniciativas. É necessário controlar as sinergias entre mecanismos de financiamento novos e emergentes que tratam das preocupações globais relacionadas às florestas, especialmente aqueles relacionados à mudança climática. Embora a harmonização de iniciativas independentes como um objetivo talvez não seja realista e nem mesmo adequada, é necessário melhorar a cooperação e a coordenação com base nas vantagens comparativas e nos recursos financeiros e humanos disponíveis.

### **Pagamentos de serviços ambientais florestais não relacionados ao carbono**

Foram lançados na última década diversos mecanismos de pagamento regulatórios, baseados no mercado e outros mecanismos voluntários de serviços ambientais florestais. Eles já são uma importante fonte de financiamento em muitos países desenvolvidos para a conservação de bacias hidrográficas e da biodiversidade, mas seu maior potencial está nos países em desenvolvimento, particularmente na atenuação da mudança climática e adaptação à mesma. Contudo, o verdadeiro desenvolvimento de mecanismos de pagamentos de serviços de ecossistemas baseados no mercado nos países em desenvolvimento tem sido lento por diversos motivos e, além disso, o potencial de curto e médio prazos parece ser limitado por causa de restrições relacionadas ao contexto de políticas e normativo, criação e promoção de mercados, participação dos fornecedores, falta de capacidade de gestão técnica e de negócios entre as comunidades florestais e proprietários de terras etc. Os esquemas de pagamento poderão, portanto, ter que depender do financiamento do setor público nacional e do apoio internacional, mas no longo prazo as perspectivas de soluções baseadas no mercado parecem promissoras, caso as questões de políticas e jurídicas possam ser abordadas.

É necessário apoio para criar (i) o entendimento realista das possibilidades dos esquemas de PES, (ii) as condições necessárias para sua implementação eficaz e (iii) necessidades de financiamento para investimentos prévios em criação de capacidade, sistemas de informação e criação de mecanismos de pagamento voluntários e normativos apropriados com impactos intencionais sobre o capital. Existem ainda questões soberanas que precisam ser abordadas.

### **Outros instrumentos emergentes de financiamento de florestas**

Está sendo desenvolvida uma série de instrumentos novos para complementar o menu de empréstimos tradicionais e investimentos de capital no setor florestal. Entre eles estão (i) eco-securitização e obrigações lastreadas em florestas, (ii) seguro e resseguro florestal, (iii) aplicação de salvaguardas para a sustentabilidade e (iv) parcerias entre empresas e pequenos proprietários/comunidades. Esses instrumentos tratam de algumas restrições, tais como financiamento antecipado de investimentos florestais de longo prazo (particularmente plantações) e gestão de risco contra desastres naturais. A eco-securitização e o seguro são importantes instrumentos estratégicos que facilitariam muito o investimento do setor privado em silvicultura, mas com algumas exceções; eles ainda estão em etapa de desenvolvimento e muitas vezes necessitam de apoio externo.

### **Necessidades de financiamento e análise de hiatos**

Devido à grande variação nas condições locais, é difícil calcular as necessidades de financiamento para a implementação de gestão florestal sustentável. O esforço mais abrangente para avaliar as necessidades de financiamento para o setor de silvicultura foi provavelmente realizado pelo UNFCCC (2007) que finalizou com as seguintes estimativas indicativas para os países em desenvolvimento:

	<u>US\$ / bilhões/ano</u>
Custos de oportunidade para REDD	12,2
Custos de gestão florestal sustentável	8,2
Custos de florestamento/reflorestamento	<u>0,1 – 0,4</u>
<b>Total</b>	<b>21,0</b>

A estimativa acima para florestamento e reflorestamento não reflete todo o potencial dessa medida nos países em desenvolvimento, pois refere-se apenas a terras elegíveis ao CDM, ou seja, que não eram florestas em 1990. O potencial total de A/R é significativamente maior.

Não obstante os problemas relacionados à estimativa das necessidades de financiamento para REDD e SFM, uma comparação com os fluxos financeiros existentes revela um grande hiato em todas as áreas. Além disso, as estimativas acima não consideram os investimentos em formulação da capacidade dos governos, pequenos proprietários, comunidades e outros grupos interessados, nem os custos de investimento antecipado que seria necessário para fazer os pagamentos de carbono florestal funcionarem na prática. Ademais, a adaptação à mudança climática nas florestas exigiria também financiamento adicional.

### **Análise do hiato geográfico**

A maioria dos países em desenvolvimento tem alguns fluxos de ODA para florestas, mas existem 30 países onde nenhuma fonte foi mencionada. A maior presença de doadores encontra-se no Sul e Sudeste da Ásia. Também a América Central e do América Sul estão relativamente bem protegidas pela participação de doadores. A África em geral, Ásia Ocidental e Ásia Central têm níveis baixos de presença de fontes de financiamento externo no país.

Muitos países com baixa cobertura de florestas não recebem apoio externo significativo na gestão e conservação de suas florestas ou recursos arbóreos. Muitos países pequenos ou de

porte médio com florestas ainda relativamente grandes recebem apenas apoio externo limitado. Diversos países em desenvolvimento com elevadas taxas de desmatamento (acima de 1% ao ano) têm presença significativa de doadores, mas em muitos deles o apoio externo é limitado ou inexistente (por exemplo, Comores, Maurítânia, El Salvador e Mianmar). Muitos países com cobertura florestal elevada ou média (acima de 40%) têm apenas a presença limitada de órgãos de financiamento externo (exemplo, Angola, República do Congo, Guiné Equatorial, República Democrática da Coréia, Gâmbia, Guiné-Bissau, Timor Leste e Trinidad e Tobago). Com poucas exceções, os pequenos países insulares não recebem qualquer apoio para florestas, embora sua importância na manutenção da biodiversidade, proteção de bacias hidrográficas e adaptação à mudança climática seja geralmente crítica.

Alguns desses hiatos são aparentemente explicados em parte por razões políticas e em parte por governança precária, que não permite a participação eficaz de órgãos externos bilaterais e multilaterais de financiamento em um setor complexo de recursos naturais como a silvicultura, geralmente caracterizada por fortes interesses adquiridos resistindo a quaisquer pressões por reformas de políticas e institucionais.

Por outro lado, existem diversos países onde as fontes de financiamento externo têm uma presença especialmente forte, como a Indonésia, Brasil, Vietnã, Quênia e Etiópia.

Foi destinado financiamento estrangeiro privado mediante investimentos em plantação a um pequeno número de países da América Latina e Ásia. Os investimentos estrangeiros em gestão de florestas naturais estão concentrados nas áreas ricas em florestas da Bacia do Congo, Bacia Amazônica e Sudeste da Ásia. A capacidade industrial estrangeira é mais amplamente investida em países da Ásia e América Latina, mas a África está claramente ficando para trás.

### **Áreas temáticas**

Uma parcela considerável de ODA florestal é destinada à conservação de florestas, o que é compatível com o princípio de apoio à melhoria dos bens públicos globais. Em termos relativos, a SFM fora das áreas protegidas parece receber substancialmente menos apoio do financiamento externo. Entretanto, essas florestas também geram bens públicos importantes mas sua manutenção não é compensada para os gestores florestais. Novos mecanismos PES, a REDD em especial, têm um grande potencial para fornecer financiamento para SFM, particularmente para a conservação de florestas.

O financiamento da recuperação de florestas deverá continuar a ser um hiato importante, principalmente nas regiões áridas e semi-áridas devido a sua baixa competitividade para a produção de madeira e NTFPs, bem como para esquemas PES por causa da pouca intensidade de carbono, mas sua contribuição potencial para os co-benefícios (outros aspectos da SFM) é geralmente importante.

O investimento inicial em reformas políticas, formulação de capacidade e outras medidas nacionais de NLBI parece ser totalmente insuficiente. Os esquemas PES não removerão essa restrição pois seu foco é o pagamento contra a execução do serviço ambiental.

O financiamento do setor privado poderá cuidar da maioria das necessidades de investimento para o desenvolvimento de plantações produtivas e de rápido crescimento naqueles países que têm uma vantagem comparativa e clima de investimento adequado. As iniciativas relacionadas ao comércio como certificação florestal e Aplicação das Leis Florestais, Governabilidade e Comércio da União Européia (FLEGT) auxiliarão os produtores a embutir os custos de SFM nos preços dos produtos, mas esse processo levará tempo, enquanto a concorrência por baixo custo continuar com base em produtos fabricados ilegalmente e sem sustentabilidade e a participação no mercado de produtos certificados continuar limitada.

É necessária uma série completa de atividades para se alcançar o financiamento sustentável da gestão de florestas para os serviços ambientais e diversos produtos e serviços florestais. O cenário de longo prazo deve ser que essas duas principais fontes de renda sejam capazes de garantir que a SFM se torne gradualmente autofinanciada. Para alcançar esse objetivo, os novos instrumentos exigem um grande investimento inicial antecipado para desenvolver e conduzir modalidades adequadas nas condições específicas do país.

Os investimentos necessários em áreas que são fundamentais para a implementação da SFM (inclusive novos instrumentos como a REDD e outros esquemas PES) incluem, por exemplo:

- (i) Implementação de medidas para deslocar as empresas de agronegócio e os proprietários de terra do desmatamento de florestas tropicais para o plantio em terras sem florestas, incluindo a melhoria da produtividade agrícola
- (ii) Produção de madeira baseada em SFM e produtos florestais não madeireiros
- (iii) Criação e implementação eficaz de propriedade florestal adequada/direitos de uso para as comunidades, pequenos proprietários e moradores das florestas
- (iv) Zoneamento do uso da terra e planejamento em áreas florestais
- (v) Investimentos complementares em programas do setor não-florestal (agricultura, transporte, mineração, energia etc.) para assegurar proteção florestal apropriada
- (vi) Criação de capacidades institucionais, jurídicas e técnicas dos governos e grupos interessados florestais comunitários
- (vii) Melhoria da governabilidade florestal e transparência e controle do setor florestal
- (viii) Recuperação dos ecossistemas florestais degradados e plantações
- (ix) Melhoria e reestruturação de indústrias baseadas em florestas
- (x) Desenvolvimento rural, serviços sociais e infra-estrutura, bem como competência administrativa e gerencial das comunidades florestais
- (xi) Desenvolvimento de inovações e pesquisa
- (xii) Implementação de mecanismos baseados no mercado e outros mecanismos voluntários
- (xiii) Proteção das florestas contra incêndios, pestes, doenças e outras ameaças externas

### Potencial de investimento

Um esforço qualitativo de caracterizar o potencial de investimento em países em desenvolvimento é apresentado abaixo. Ele ilustra para onde o futuro investimento em SFM, REDD, florestamento e reflorestamento (A/R) e restauração de florestas pode ser direcionado.

<b>Taxa de desmatamento/ cobertura florestal relativa</b>	<b>Países com baixa cobertura florestal</b>	<b>Países com elevada cobertura florestal</b>
<b>Países com elevada taxa de desmatamento</b>	REDD: potencial elevado/médio SFM: potencial baixo/nenhum A/R: potencial elevado Recuperação: potencial elevado	REDD: potencial elevado SFM: potencial elevado A/R: potencial elevado Recuperação: potencial elevado
<b>Países com baixa taxa de desmatamento</b>	REDD: potencial baixo/nenhum SFM: potencial baixo/nenhum A/R: potencial elevado Recuperação: potencial médio	REDD: potencial médio SFM: potencial elevado A/R: potencial baixo/médio Recuperação: potencial baixo
<b>Países com zero taxa de desmatamento/ aumento da área florestal</b>	REDD: nenhum potencial SFM: potencial baixo A/R: potencial médio Recuperação: potencial baixo/médio	REDD: nenhum potencial SFM: potencial elevado A/R: potencial baixo Recuperação: potencial

## **Aspectos de governabilidade dos programas internacionais e disposições de financiamento**

Existem dois modelos básicos de parceria: o modelo do acionista e o modelo do grupo interessado. Tanto a teoria quanto a prática apóiam a visão de que o modelo do acionista de governança corporativa pode promover a eficiência com certo prejuízo da legitimidade e que o modelo do grupo interessado, embora aumente a legitimidade, pode enfrentar problemas de ação coletiva quando o número de participantes for grande e o custo de organizar diferentes interesses para buscar um objetivo comum é elevado em relação ao benefício esperado. Parece haver uma mudança em andamento nos programas florestais internacionais mais recentes na direção do modelo do grupo interessado a fim de aumentar a importância, a participação, imparcialidade e responsabilidade, mas geralmente é difícil equilibrar legitimidade e eficiência.

### **Principais conclusões**

Existe uma necessidade substancial de financiamento novo e adicional de todas as fontes para apoiar a SFM e tornar a implementação do NLBI eficaz no local de interesse. Embora estejam surgindo muitos mecanismos e fontes promissores, até o momento não há qualquer deliberação séria para definir e desenvolver um mecanismo ou instrumento de financiamento específico para a SFM.

Embora a ODA para florestas pareça apresentar uma ligeira tendência de aumento nos últimos anos, o hiato entre as necessidades e o financiamento ainda é muito amplo. A ODA para florestas aumentou apenas no caso de alguns doadores bilaterais e algumas instituições multilaterais de financiamento. A sustentabilidade do aumento da ODA, portanto, não está garantida. Para avançar no sentido de alcançar GOF4 na mobilização de mais recursos, são necessários esforços combinados dos doadores e dos países beneficiários. A ODA deve desempenhar uma função substancialmente mais importante no financiamento florestal no futuro. O aumento das contribuições, incluindo para programas de ajuda setorial e concessão de empréstimos para o desenvolvimento de políticas, seria necessário em futuros financiamentos florestais para assegurar que o hiato de financiamento não está aumentando ainda mais. Devido a outras prioridades prementes no desenvolvimento nacional, o setor florestal de muitos países em desenvolvimento continuará a enfrentar desafios na mobilização de novos financiamentos públicos para as florestas. Sem uma ligação explícita com as florestas nas estratégias de redução da pobreza e planos de desenvolvimento nacional mais amplos, é improvável que exista um aumento na procura explícita de ODA para as florestas (e portanto oferta da mesma). A contribuição das florestas para a redução da pobreza e dependência das pessoas de baixa renda das florestas precisam de esclarecimento adicional para justificar a alocação de ODA para florestas (inclusive apoio orçamentário).

Os Princípios da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ainda não estão adequadamente empregados para alinhar e harmonizar a ODA para florestas, o que acarreta elevados custos de transação tanto para os órgãos doadores quanto para os países beneficiários. Somente uma liderança nacional para coordenar as diversas fontes de financiamento e iniciativas externas pode assegurar a harmonia adequada e a eficácia do financiamento público externo para florestas.

Os programas florestais nacionais fornecem um contexto útil para a harmonização de doadores e a coordenação nacional do apoio financeiro externo à silvicultura, mas somente em um número pequeno de países eles parecem estar integrados a estratégias nacionais mais amplas de desenvolvimento e redução da pobreza. Existe provavelmente uma necessidade de melhorar a implementação do conceito de NFP baseado na experiência acumulada para reforçar a qualidade do trabalho analítico na elaboração de NFPs e suas estratégias de financiamento. Isso esclareceria onde estão os hiatos para atender às prioridades no âmbito do país de SFM e implementação das medidas nacionais de NLBI para facilitar a mobilização de financiamento adicional.

Existem indícios de que poderá haver mais financiamento disponível para aqueles países onde existe procura eficaz por financiamento florestal e onde o contexto nacional jurídico e de políticas e as condições de governabilidade permitem investimentos tanto no setor público como privado. Serão realmente as condições de âmbito nacional que definirão em grande parte quanto financiamento externo será fornecido à SFM e atividades secundárias correlatas.

O êxito na obtenção do financiamento necessário para a SFM de fontes privadas dependerá em grande parte (i) dos mercados para bens e serviços florestais e do modo pelo qual os proprietários e as comunidades florestais e os outros atores do setor privado podem ser convencidos a investir em operações sustentáveis e (ii) de se a competitividade das florestas como uso da terra pode ser garantida contra usos alternativos. Para alcançar esse objetivo no nível do país, deve haver um ambiente político condutor para a SFM e os atores do setor privado (inclusive pequenos proprietários e comunidades) devem ter acesso a recursos de financiamento adequados.

Sem a criação de garantia de posse da terra e direitos de uso florestal, não é realista presumir que o setor privado, as comunidades locais e os pequenos proprietários investirão na SFM. Os processos de reforma são politicamente sensíveis, tecnicamente complexos e exigem recursos. A implementação tende a ser lenta, mesmo dentro de uma legislação adequada, se a administração relevante não puder ser efetivamente mobilizada para implementar a vontade dos legisladores. Isso tem sido freqüentemente subestimado nos programas e projetos financiados externamente para melhorar a posse da terra.

A mudança do clima de investimento para fornecer condições propícias ao investimento público e privado como um meio de preencher parte do hiato do financiamento da SFM exige o tratamento das restrições extra-setoriais e do setor florestal. O tratamento do primeiro raramente pode ser conduzido por interesses do setor florestal e necessita de um elevado nível de comprometimento político. A principal questão setorial em muitos países é a frágil governança florestal, que atua como barreira para o financiamento dos setores público e privado. Existe necessidade de avaliar e monitorar o clima de investimento do setor florestal para garantir os esforços sistemáticos para as melhorias necessárias.

Os mecanismos baseados no mercado têm grande potencial para gerar financiamento por intermédio de pagamentos pelos serviços ambientais florestais, mas esses mecanismos não podem trabalhar com eficácia sem um contexto normativo e o papel promocional do governo. Eles precisam também de investimento inicial significativo, já que seus pagamentos são efetuados conforme a execução. A restrição deve ser tratada quando os esquemas PES são desenvolvidos.

A integração adequada das florestas no futuro regime de mudança climática e seus instrumentos de financiamento serão essenciais para o aumento substancial dos volumes de financiamento para florestas. Contudo, para que os instrumentos de financiamento de carbono florestal prevaleçam, várias complexidades de ordem conceitual, de políticas e administrativas (por exemplo, adicionalidade, ampliação, governabilidade, etc.) precisarão ser resolvidas antes.

Além disso, embora seja estimulante observar que alguns serviços florestais, particularmente a atenuação da mudança climática, têm potencial para mobilizar o aumento do financiamento para a silvicultura, é importante certificar-se de que a abordagem holística da SFM, inclusive seus objetivos sociais, ambientais e econômicos não estejam comprometidos por um foco restrito a um único produto básico ou serviço florestal como, por exemplo, o seqüestro do carbono.

A experiência recente com biocombustíveis mostra que a falta de consideração adequada dos impactos sociais e ambientais e as questões de equidade no projeto de novos instrumentos de financiamento pode ser um tiro pela culatra. Isso deve ser evitado no caso dos

esquemas de REDD mediante trabalho analítico apropriado, planejamento, condução e conscientização para criar expectativas realistas.

No projeto de novos instrumentos de financiamento para o preenchimento dos hiatos existentes de financiamento para a SFM, é necessário esforçar-se para encontrar soluções práticas simples que possam ser melhoradas ao longo do tempo com a acumulação de experiência. A condução é, portanto, fundamental para permitir testes apropriados de modalidades alternativas. A perfeição no projeto preliminar de novos instrumentos é geralmente o pior inimigo do sucesso.

O principal ponto de estrangulamento temático é o financiamento de investimento antecipado de incorporação em todos os aspectos da SFM enquanto a conservação e a formulação de capacidade já estão cobertas por diversas fontes, embora não na extensão apropriada. O acesso ao financiamento desse investimento antecipado incorporado será fundamental nos países em desenvolvimento, de modo que possam avançar para um grau mais elevado de autofinanciamento da SFM. Esse “autofinanciamento” como objetivo seria baseado na receita gerada para os proprietários de florestas e gestores de bens e serviços florestais, incluindo pagamentos de bens públicos globais gerados pelas florestas, conforme apropriado para as condições locais.

Em vista dos fluxos de financiamento existentes e novos, os principais hiatos geográficos parece estar nos países com pouca cobertura florestal e países menos desenvolvidos. Esses hiatos são importantes do ponto de vista estratégico, pois oportunidades significativas de manutenção e melhoria dos bens públicos globais das florestas continuam inexplorados, enquanto os ecossistemas desses países estão sendo degradados. O desenvolvimento de novos instrumentos de financiamento devem levar em conta o tratamento desses hiatos.

A criação da necessária capacidade do país exigiria também o investimento adicional que os instrumentos atuais e emergentes ainda não estão abordando de forma suficiente. Para os atores florestais e outros grupos interessados como os beneficiários, o acesso às fontes de financiamento e aos custos de transação são cruciais. As fontes de financiamento disponíveis atualmente ainda não consideraram adequadamente esse aspecto, já que seu projeto é geralmente conduzido pelas prioridades e procedimentos internos.

Existe uma necessidade urgente de aumentar a transparência do financiamento florestal externo (e correlato) de todas as fontes para os países em desenvolvimento. Isso já deveria ter sido feito e contribui para a lentidão do avanço para alcançar o consenso sobre as opções para mobilizar fontes de financiamento “novas e adicionais” para a SFM.

### **Fortalecimento do financiamento internacional para a SFM**

Existe uma arquitetura de financiamento relacionada a florestas em rápida evolução no âmbito internacional que é em parte voltada especificamente para a gestão florestal sustentável e em parte para o aumento da contribuição das florestas para a atenuação da mudança climática e conservação da diversidade biológica. Portanto, a ‘abordagem de portfólio’ para o financiamento de florestas existe, já que diversas necessidades de financiamento dos países em desenvolvimento para SFM já estão sendo financiadas por diversas fontes. Entretanto, as fontes de financiamento disponíveis atualmente são inadequadas para a SFM devido às limitações no foco, disponibilidade, acessibilidade e volume de financiamento. São necessários esforços adicionais para uma melhor utilização das fontes e mecanismos de financiamento existentes e para ampliá-las por meio da criação de novos instrumentos de financiamento para preencher os hiatos existentes.

O ambiente político no âmbito internacional relacionado às novas fontes de financiamento que estão voltadas para florestas, ou que podem apoiar a SFM, está em constante evolução. Apesar de todos os instrumentos financeiros e fontes existentes e emergentes, com

seus potenciais e limitações, a viabilidade de um novo “mecanismo financeiro voluntário global” para a SFM (conforme proposto pela resolução ECOSOC 2007/40) continuará a ser uma questão política e de políticas fundamental. Como as fontes de financiamento disponíveis atualmente só podem abordar parte das necessidades de financiamento da implementação da SFM e NLBI, a comunidade internacional deve considerar se é possível criar um novo instrumento ou mecanismo voltado para SFM/NLBI de modo a aumentar os recursos financeiros de maneira sistemática e previsível.

Existem diversas opções de novos financiamentos voltados para a SFM, incluindo as que estão sendo desenvolvidas. Um exemplo é um programa de investimento florestal de base ampla nos termos que estão sendo planejados no Fundo Climático Estratégico. Ele poderia abranger as principais instituições de financiamento multilateral e aproveitar os fluxos de financiamento suficientemente amplos que serão canalizados para a SFM nos países em desenvolvimento mediante diversos instrumentos, incluindo doações, créditos, garantias etc. Nota-se, entretanto, que é improvável que um único instrumento de financiamento seria suficiente para atender integralmente às necessidades da implementação da SFM e NLBI.

Diversas iniciativas recentes de financiamento relacionadas a florestas sugerem que há uma tendência no sentido de mais fragmentação do que consolidação. Esse é um motivo de preocupação para os doadores, países beneficiários e os beneficiários deles, bem como organizações internacionais existentes que trabalham na área de financiamento. Existe o risco de sobreposição de mandatos, falta de reconhecimento das vantagens competitivas, confusão entre os fornecedores potenciais de financiamento para novas iniciativas e concorrência pouco saudável para “bons” projetos. Existe necessidade de controlar as sinergias entre os diversos mecanismos e instrumentos de financiamento em mudança climática, biodiversidade, degradação da terra e gestão florestal sustentável. Em face da natureza independente dos diversos órgãos e fontes de financiamento e do fato de as florestas serem apenas uma das janelas de financiamento em muitos casos, não é realista pressupor que os diversos componentes da “carteira” de financiamento florestal possam ser criados dentro de uma única estrutura de gestão. Porém, é necessário haver coordenação eficaz em todos os níveis. Apesar do que foi dito, os atuais arranjos de cooperação devem ser fortalecidos.

No nível do país, a melhoria da coordenação exigiria a integração de instrumentos como estratégias nacionais de financiamento florestal e a troca de informações que possam ser organizadas por meio de acordos adequados liderados pelo governo. Além disso, é preciso construir a capacidade adequada do país para utilizar integralmente os cada vez mais diversificados e complexos instrumentos de financiamento externo e interno para as florestas.

As florestas do mundo são um recurso natural multifuncional que, quando gerido de forma sustentável, é capaz de atender às diferentes necessidades da sociedade em termos espaciais e temporais (por exemplo, local, nacional, global, bem como a atual e a futura gerações). Para manter e aprimorar os bens e serviços proporcionados pelas florestas, a ação nos níveis internacional, nacional e local para implementar o compromisso global com a SFM expressada na SFM é de suma importância. É igualmente importante que sejam disponibilizados meios apropriados de implementação, especialmente recursos financeiros, para a gestão sustentável de florestas e, assim, para a implementação do NLBI. É necessária com urgência maior clareza acerca da maneira pela qual isso pode ser alcançado a fim de progredir nesse aspecto.